

A URBANIZAÇÃO: PROCESSO SOCIAL DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS MORADIAS NO DISTRITO FEDERAL DO BRASIL

Washington Cândido de Oliveira
Universidade de Brasília – UnB
washington@washingtoncandido.com.br

Ao contrário do que se imagina, o capitalismo não destruiu os sistemas socioespaciais; acolheu a construção social do espaço com uma nova e forte racionalidade econômica para a interpretação do próprio mundo. O que se quer dizer é que as instituições, as normas e as ideologias cimentam as práticas sociais a ponto de lhes dar uma identidade. São processos sociais que ganham vida e materializam-se no espaço.

As cidades são natureza transformada, artefatos artificializados que, pela ação social, acumulam o tempo humano. Em sua mudança de postura da ideologia social em relação ao seu lugar de morada, a sociedade revela novos modos de interpretar onde mora, e isso significa um constante processo que altera o valor do que constitui o espaço. Assim, “sem minimizar a importância das condições naturais, são as condições artificialmente criadas que sobressaem, enquanto expressão dos processos técnicos e dos suportes geográficos da informação”¹. Desse modo, Oliveira colabora ao expor que:

É claro que, se a sociedade produz o espaço, ela possui uma determinada consciência que rege seus movimentos na atualidade. Todavia, no sentido amplo, que considera o fator tempo, temos um processo histórico de produção da vida, logo, da humanidade do homem. Cada indivíduo tem capacidade de intervir em sua própria realidade, e assim, alterar a realidade de seu conjunto².

Há, portanto, a perspectiva de processos que alteram constantemente os valores daquilo que constitui o espaço. Assim, por exemplo, ao se referir à preservação do patrimônio histórico e cultural, isso nos remete a um processo histórico seletivo que atribui valor à estrutura social que foi construída a cada tempo. Essas estruturas sociais são moldadas por práticas culturais que se costuram às intervenções, decisões e escolhas que têm por base projetos políticos. Desse modo, os bens tombados como patrimônio – arquitetura colonial e moderna (o caso Brasília), igrejas, entre outros – representam grupos sociais hegemônicos.

¹ Santos, 2006, p. 166.

² Oliveira, 2007, p. 51

É a construção social o motor que acelera o processo histórico que elege as formas a serem preservadas atribuindo conteúdos e valores, um sistema de valores que desnaturaliza valores históricos socioespaciais locais e os traz para a esfera da política, da construção civil e do setor imobiliário. Os novos valores são carregados de intencionalidades, ideologias e propósitos não explicitados claramente e que se apropriam do espaço urbano. Santos nos diz,

Já que a realização concreta da história não separa o natural e o artificial, o natural e o político, devemos propor um outro modo de ver a realidade, oposto a esse trabalho secular de purificação, fundado em dois polos distintos. No mundo de hoje, é frequentemente impossível ao homem comum distinguir claramente as obras da natureza e as obras dos homens e indicar onde termina o puramente técnico e onde começa o puramente social³.

Como a sociedade é dinâmica, o espaço geográfico está sempre assumindo novas funcionalidades e cria novas organizações socioespaciais. Santos⁴ diz que “quando alteramos a funcionalidade de alguma de suas partes, diminuímos sua eficácia e, mesmo, podemos adulterá-lo mortalmente, fazendo dele outra coisa”. Novas funcionalidades para o espaço, em especial o urbano, constituem um processo que tem sido acentuado no Distrito Federal com recorte na Área de Tutela do Bem Tombado ou **Zona Tampão**, mais especificamente no Guará RA-X, ou seja, áreas lindéiras ao patrimônio histórico, o Plano Piloto de Lúcio Costa – Brasília RA-I – valorizando-as. Diz-se, portanto, que há uma atribuição de valores na atualidade às áreas herdadas do passado, valores que refletem a sociedade contemporânea e imprimem uma renovação das ideologias de mercado.

Os valores da atualidade e as novas perspectivas ideológicas corroboram com as mudanças nas condições de produção na sociedade contemporânea. Após a segunda metade do século XX e, especialmente, neste início de século XXI, a ênfase econômica se desloca das atividades secundárias para as terciárias da economia. As mudanças apontam para o fortalecimento de estratégias de apropriação do espaço, especialmente o urbano, tendo como finalidade ampliar a acumulação de capital. Visto desta forma, o solo muda sua função de uso e, até mesmo, acumula outras funções, por exemplo, há o valor de uso e o valor de troca.

A apropriação para acumular é um padrão através de um modo específico de acumular cuja dinâmica apoia-se, fundamentalmente, na apropriação de riquezas por meio da atividade especulativa. A base de sustentação deste padrão, dentre outras, tem sido o mercado imobiliário, o mercado financeiro e as transações comerciais. Um quadro que promove transformações nas formas de produzir e administrar aglomerações urbanas, o que traz repercussões socioespaciais notadamente naqueles países que fazem parte do circuito de valorização financeira e do patrimônio.

O novo momento impacta, dentre outros, os espaços urbanos, especialmente, as cidades tombadas como patrimônio histórico. A legislação que as protege estabelece a manutenção das formas e dos conteúdos espaciais no intuito de preservar a memória de momentos passados. Estabelece-se, assim, uma contradição entre o que deve ser

³ Santos, 2006, p. 65

⁴ Santos, 2006, p. 64.

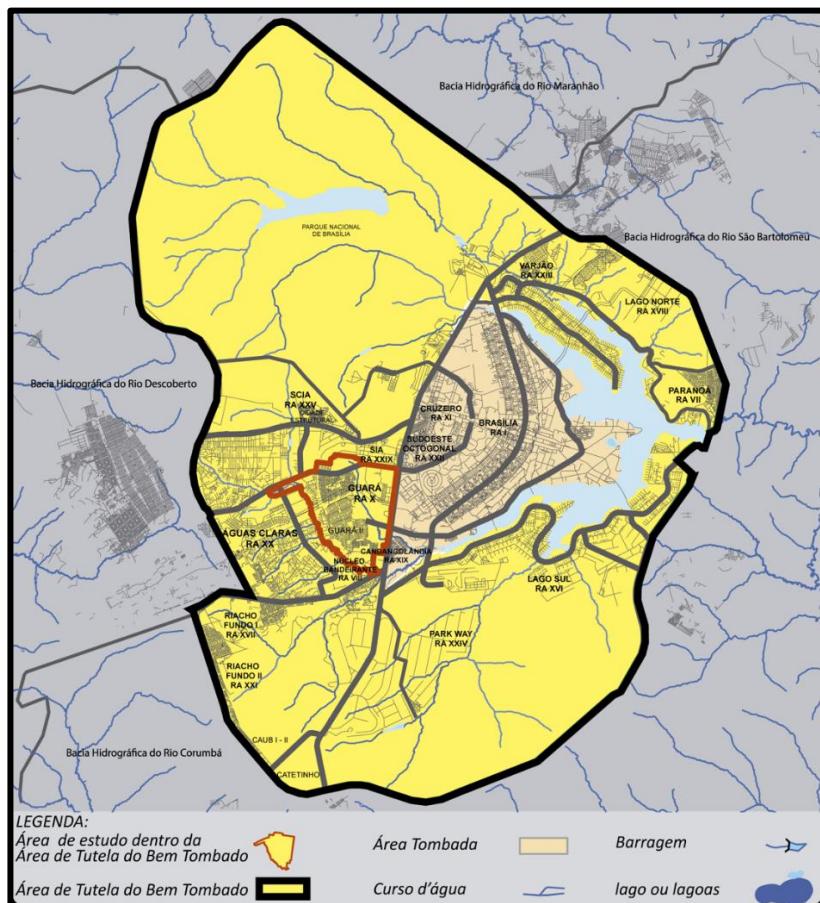
mantido do passado para as gerações futuras e as forças sociais e econômicas que buscam a alteração das formas já construídas para a lucratividade presente.

Verifica-se que a construção do espaço geográfico é carregada de contradições e é nele que se expressam e reproduzem-se as contradições sociais. o espaço urbano é produzido como produto, uma condição geral do processo produtivo. A materialidade dessas contradições se dá no desenvolver das estratégias e práticas dominantes do modo como há a reprodução do capital em várias escalas do espaço para a própria manutenção do capitalismo. Dessa forma, cria-se a necessidade da apropriação universal da natureza pela sociedade, bem como o estabelecimento do próprio vínculo social entre os membros da sociedade.

Como o espaço urbano se torna meio de acumulação, verifica-se a contradição entre o que deve ser permanente e a contínua destruição das formas para dar lugar ao novo. A ação do Estado é crucial e, também, contraditória, pois se de um lado cabe-lhe preservar as áreas tombadas, por outro age no sentido de proporcionar as condições indispensáveis para que o espaço tenha sua função de uso modificada.

Pensar o espaço onde habita o homem é uma atividade de muito detalhe e, também, complexa, visto que se pode construir tal pensamento, de acordo com várias interpretações e muitos olhares. Assim, a análise da produção do espaço terá como enfoque o papel desempenhado pelo setor imobiliário, pelo setor da construção civil e pelo Estado e suas repercuções socioespaciais na Área de Tutela do Bem Tombado do Plano Piloto de Lúcio Costa O Plano Piloto é, também, denominado Brasília - Região Administrativa I (RA-I), figura 1.

Figura 1. Área de Tutela do Bem Tombado ou Zona Tampão e Guará RA-X



Fonte: Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) 2012.
 Com adaptações de Oliveira, 2017.

Trata-se de uma área que contorna o Conjunto Urbanístico de Brasília (RA-I) e é destinada a prevenir descaracterizações que fatalmente ocorrerão caso seja densificada. Entretanto, trata-se também de uma área cobiçada pelo capital imobiliário por encontrar-se próximo ao centro urbano dotado de valor simbólico e de toda infraestrutura e equipamento urbano. A Área de Tutela corresponde também aos anseios dos consumidores do espaço, no momento em que é emitido o discurso do “morar bem, morar perto e morar com qualidade”.

Neste trabalho tem-se a perspectiva de contribuir para que se comprehenda as relações mais atuais entre a atividade imobiliária e o Estado. Não obstante, o contexto atual da expansão urbana no Distrito Federal no Brasil tem, no entorno do patrimônio tombado, Brasília (RA-I), como público-alvo as camadas de alta e média renda da população. Isto assume contornos de uma expansão que ocorre no eixo oeste-sul do Quadrilátero do Distrito Federal. Um modelo de expansão que se caracteriza por incorpora elementos tal como a regulação da urbanização no interior desta unidade da federação caracterizada, dentre outras características, pela mudança de função de uso do solo urbano.

Assim, visar-se-á apresentar e ampliar as perspectivas das questões problemáticas mais relevantes que estão diretamente relacionadas à forma da ocupação territorial em especial no

Distrito Federal. Para tanto, fez-se um recorte cujo foco da problemática será orientado pelas seguintes questões problematizadoras: 1) Qual o papel de agentes públicos e privados na produção do espaço no Guará RA-X? 2) Como as estratégias de reprodução do capital, em especial o imobiliário, interferem na RA-X? e 3) Quais são os principais impactos causados pela urbanização da área objeto deste estudo – Guará RA-X?

O espaço urbano: uma demanda para manter a lucratividade do capital

Os estudos que se realizou sobre a expansão urbana no Distrito Federal em sua porção oeste e sul apontaram para processos de urbanização que estão associados ao capital imobiliário e ao Governo do Distrito Federal – GDF neste processo de expansão. Alguns exemplos dão características que não são peculiaridades circunscritas tão somente ao DF: há uma crescente complexidade dos empreendimentos que agregam usos além do residencial. Concebe-se empreendimentos como unidades independentes, muitas vezes desvinculadas dos centros urbanos; outro aspecto é o controle seletivo de densidades a partir de tipologias construtivas com empreendimentos de elevado padrão de construção.

O espaço é demandado por um mercado e por uma ideologia consumista que o banaliza. Oliveira⁵ afirma que “o mundo da acumulação só se torna praticamente possível à medida que conquista o controle sobre a dinâmica das coisas, criou em seu favor o discurso da transformação”. Desse modo, o espaço, especialmente o urbano, encontra-se cada vez mais envolvido pela lógica do capital e por conteúdo social que revela como seu consumo tem mais valor de troca do que o uso social. Deste modo, observa-se que a cidade não só é a materialidade, mas é, também, a projeção da sociedade no espaço, pois o homem transforma a si mesmo e a seu ambiente, a cidade é um produto material relacionado com os homens, o que lhe confere uma significação social.

Como se observa, para interpretar o espaço urbano contemporâneo, é imperativo entender o conteúdo que gera novas funções de uso do solo urbano. Cabe, com isso, desvendar os diferentes usos do solo urbano, em especial os que se situam na Área de Tutela do Bem Tombado ou **Zona Tampão**, e buscar entender como o lugar é cúmplice quando é valorizado e produz territorialidades excludentes.

Aqui cabe ressaltar que o problema não está tão somente na transformação espacial em função de uma ideologia mercadológica pautada no consumo do espaço e na sua mercantilização. O século XXI está sendo marcado pela aceitação de valores baseados na transformação do espaço citadino em que há exploração, isto é, há a construção (verticalização) e a apropriação do espaço que reproduz as desigualdades das classes sociais que constituem os lugares.

Enquanto o entorno imediato do patrimônio tombado, Brasília RA-I, em especial o eixo de deslocamento em torno da rodovia EPTG-DF 085, vivencia uma significativa oferta de imóveis para população de média e alta renda, as áreas mais afastadas incluindo parte das cidades do

⁵ Oliveira, 2007, p. 51.

estado de Goiás-GO, limítrofes ao quadrilátero do DF, são ofertados imóveis com baixo padrão de construção para o mercado de baixa renda. Assim, para Mori

Uma imagem paradisíaca do espaço brasileiro certamente já não corresponde ao ideário nacional prevalecente nos dias de hoje. O processo de urbanização, a conversão paulatina do espaço nacional ao espaço do mercado e a noção, cada vez mais patente a todos, da escala e da profundidade da devastação que a economia de rapina tem perpetrado no país necessariamente varreram de cena aquelas visões idealizadas e atemporais forjadas e mantidas ao longo dos séculos da conquista e ocupação⁶.

O padrão de expansão urbana que se desenvolveu ao longo da DF 085 – Estrada Parque Taguatinga (EPTG) – no Distrito Federal, apresenta características peculiares se comparado com outros eixos de expansão. Destaca-se a estrutura urbana fortemente concentrada e com espaços verticalizados em áreas que, no passado, eram de proteção ambiental, como a Reserva Biológica (REBIO) do Guará, Parque Ecológico Ezequias Heringer, localizado dentro do Guará RA-X e pertencente à Unidade de Conservação APA (Área de Proteção Ambiental) do Planalto Central.

A REBIO do Guará é uma Unidade de Conservação que sofre com invasões, queimadas e depósito de lixo, localiza-se em meio à área urbana. É cercada pelo Setor de Transportes e Cargas (STRC); pelo Setor de Indústria e Abastecimento (SIA); e áreas habitacionais, como é o caso Quadra Econômica Lúcio Costa (QELC), figura 2.

O Parque Ecológico Ezequias Heringer tem sua importância ressaltada por ser corredor de fauna. O córrego do Guará corre em direção ao córrego Riacho Fundo, contudo, antes de chegar ao Riacho Fundo, o córrego do Guará passa pela área do Jardim Zoológico. Esse Parque vem sofrendo alterações⁷ em face do processo de urbanização, como edificações, estradas e o metrô (figura 2).

⁶ Mori, 2015, p. 54-55.

⁷ Podemos considerar dois tipos de invasores, os invasores permanentes e os invasores temporários; os permanentes são chacareiros que delimitam suas áreas de chácara fazendo benfeitorias como: de alvenaria, piscinas, galinheiros, pocilgas, restaurantes etc.; e os temporários que são famílias de baixa renda que se deslocam, ali mesmo no Parque, de ponto ao outro, não tendo localização fixa sendo que geralmente conseguem suas rendas por meio de venda de materiais como: papelão, ferro velho, latínhas, caixas de verduras e mudanças aumentando a quantidade de lixo e entulho no Parque. GANEM, R.S; LEAL, Z.M. Parques do Distrito Federal. - Brasília: CLDF 2000. 127 p. Disponível em:

<<http://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/bitstream/123456789/1769/1/Parques%20do%20Distrito%20Federal.pdf>>. [12 de março de 2018].

Figura 2. Edificações Irregulares



Fonte: Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/gdf-inicia-derrubada-em-chacaras-construidas-em-parque-ecologico-no-guará.ghtml>> [12 de março de 2018].
<<http://portal.agefis.df.gov.br:8080/portal/public/maps/grilagem.html>>. [12 de março de 2018].
Elaboração própria.

O Guará, como um entorno imediato ao patrimônio histórico, vivencia uma significativa oferta imobiliária para a população de média e alta renda. O mercado imobiliário conduz ao processo especulativo, mantendo a tendência à expansão sobre os vazios de construções. Esse caráter especulativo sofre interferência do Estado, no caso o GDF, uma vez que se definem investimentos em infraestrutura e equipamento urbano, atrativos que facilitam o investimento.

A RA-X apresenta uma situação especial, não somente pela proximidade geográfica ao patrimônio, mas também pela busca incessante de valorização das terras urbanas e pelo caráter especulativo. Essas questões são interdependentes e fornecem um perfil da produção espacial do Guará, o que evidencia a força dos seus agentes.

Assim, o Guará RA-X apresenta uma situação especial no contexto do DF já que possui patrimônio natural, em que se destacam remanescentes de Cerrado, uma rede hidrográfica e uma biodiversidade. Além dessa situação, a região encontra-se sob forte pressão da implantação de projetos urbanísticos destinados a empreendimentos imobiliários. Desse modo, segue-se a lógica de ocupação gerada pela especulação sempre direcionada à formação de um tecido urbano na direção da valorização em que há o investimento público e privado.

Nas cidades, o consumo dos lugares cria um conflito entre os valores históricos e os valores de consumo, já que invariavelmente o que é consumível está embotado de seus valores de uso e

amalgamado ao valor de troca. A mudança de valor de uso para o de troca ocorre graças à engenharia de vasto empreendimento público e privado na infraestrutura e no próprio embelezamento dos lugares no urbano.

Os espaços privilegiados pelas intervenções estatais são os que possibilitam maior fluidez de informação e de capital são, também, aqueles que podem conferir à cidade elementos expressivos do dinamismo e da modernidade. Deste modo, a área objeto de intervenções é difundida por suas vantagens econômicas. Esta racionalidade, dinamismo e modernidade conduz à práticas que requalificam determinadas áreas do espaço urbano assim, o desenho urbano expressa a forma de como a cidade está sendo tratada. A cidade como produto social substitui antigos valores, como o de uso, por novos valores, como o de troca. Aqui Oliveira contribui com esta ideia ao afirmar,

Uma vez que se aceite que a organização do espaço é um produto social, que surge de uma prática deliberada, a questão já não é mais a de o espaço ser uma estrutura separada, com regras de construção independentes do contexto social, isto é, o que passa a ser importante é a relação entre o espaço criado e o organizado. O espaço citadino e a sua organização política expressam as relações sociais e, também, reagem contra elas⁸.

O governo, no caso do Distrito Federal os administradores das RAs e o GDF, passa a planejar a cidade, selecionando áreas, de modo a atrair o capital. Inúmeros são os projetos que revitalizam e até mesmo mudam as funções de uso do solo, transformando o solo em uma marca distintiva da competição entre as cidades; no caso do DF, entre as Regiões Administrativas (RAs). Esses modelos de planejamento do espaço são importados e incorporados aos espaços citadinos, impulsionam a transição para a acumulação mudando a perspectiva de uso para a troca.

Indiscutivelmente, está presente na dinâmica de urbanização do Distrito Federal transformações ligadas ao processo de descentralização que impactam nas Regiões Administrativas limítrofes ao patrimônio tombado. Transformações seletivas que denotam novas centralidades socioespaciais que fragmentam a unidade do território do DF.

Busca-se, não somente, a singularidade do lugar, no caso o Guará RA-X onde, em 1967, foram construídas as primeiras oitocentas residências por meio do sistema de mutirão⁹ pelos funcionários da NOVACAP, como também a sua globalidade total, expressa na reconstrução do lugar com uma lógica arquitetônica e estrutural fundamentada na do capital. Assim para Oliveira, “o desenvolvimento de empresas multinacionais, e a consequente distribuição de seus produtos pelo globo, provoca de certa maneira uma estandardização planetária, desconhecida até os dias de hoje na história da humanidade. Esse fenômeno é a mundialização – ou a globalização”¹⁰.

⁸ Oliveira, 2007, p. 52.

⁹ O economista Benjamim Francisco Nobre, 62 anos, acompanhou de perto o desenvolvimento do Guará. “Minha família ajudou a construir o Guará”, repete, com orgulho. Quando chegou ao local, aos 18 anos, ele se deparou com uma cidade prestes a nascer. Naquela época, as residências ganhavam forma graças ao Projeto Mutirão da Casa Própria, liderado por Rogério Freitas Cunha, então presidente da NOVACAP. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/05/05/interna_cidadesdf,190574/guara-comemora-41-anos-com-120-mil-habitantes.shtml>. [12 de março de 2018].

¹⁰ Oliveira, 2015, p. 2.

A padronização da lógica do lugar à logica global trouxe a mercantilização do lugar que, no processo de acumulação, transforma-se em mercadoria. E não somente isso, como afirma Harvey,

A acumulação do capital sempre foi uma ocorrência profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes da expansão geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo, há muito tempo, teria deixado de funcionar como sistema econômico político¹¹.

O resgate das concepções históricas dos lugares se justifica, de um lado, pela importância dada à materialidade geográfica das coisas e, de outro, às inúmeras atividades programadas para atrair cada vez mais interesses que refuncionalizam os lugares e criam novos valores que não somente o de uso. São esses novos valores das áreas urbanas que insere o local no global e as especificidades do lugar passam a responder às demandas internacionais.

Toda a territorialidade do lugar é transformada pelas verticalizações, ações pontuais dos agentes hegemônicos e que são externos às dinâmicas socioespaciais; incidem numa remodelagem e na refuncionalização. Desse modo, a Área de Tutela do Bem Tombado ou **Zona Tampão**, especificamente o Guará RA-X, sofre adensamento e ganham destaque os projetos de verticalização que são alimentados pelo Estado, pelo setor imobiliário e pela construção civil. Mecanismo clássico do capital que consiste em enobrecer, refuncionalizar e requalificar determinadas áreas de seu interesse e que são destinadas à apropriação do capital.

Entre as consequências a listar, ressaltam-se os casos em que a população de baixa renda, funcionários públicos da União, de menor renda, anteriormente assentados no Guará RA-X pelo programa de mutirão dos anos 1960, foram afastados de suas históricas territorialidades e, deram lugar às residências de maior padrão de construção civil¹². As novas territorialidades criadas reforçam a fragmentação social, acentuam a ansiedade de consumo em que ao valor de uso soma-se o de troca. Assim, o Guará RA-X passa ser exclusividade dos grupos sociais economicamente privilegiados¹³.

A abordagem da produção material do espaço estabelece, implicitamente, uma concepção particular do espaço: é então formada por uma série de objetos espacialmente distribuídos, com

¹¹ Harvey, 2006, p. 191.

¹² A maioria das casas originais construídas pela SHIS (Sociedade Habitacional de Interesse Social) nas décadas de 1960 e 1970 deu lugar a casas com arquitetura diferenciada, sobrados e condomínios. Alterações recentes no Plano Diretor da cidade permitiram também a construção de prédios de apartamentos de até 20 andares e de novas quadras residenciais em áreas limítrofes à Candangolândia e ao Núcleo Bandeirante. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – Guará – PDAD 2015, p. 14 Disponível em:<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2015/PDAD_Guara_2015.pdf>. [12 de março de 2018].

¹³ Perfil da Região Administrativa– A região administrativa do Guará foi fundada no dia 5 de maio de 1969 com o objetivo inicial de abrigar funcionários públicos do Governo do Distrito Federal. Com o passar dos anos e o crescimento populacional, o Guará alcançou grande desenvolvimento social e econômico, despontando como uma das regiões administrativas com a maior renda per capita do DF, segundo apontou o relatório da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2015, feito pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN). O Guará é uma região consolidada, composta por uma classe média esclarecida, alto nível de escolaridade e poder aquisitivo elevado, o que garante aos moradores uma boa qualidade de vida. Disponível em: <<http://www.guara.df.gov.br/category/sobre-a-ra/conheca-a-ra/>>. [12 de março de 2018].

localização específica e ocupação de uma área espacial dependendo da sua população e das suas densidades, bem como do espaço entre os núcleos urbanos que o constituem.

Producir espaço envolve então atuar em alguns componentes, dentre eles: quais são os objetos que o constituem e a análise do espaçamento propriamente dito. Portanto, produzir o espaço pode se referir à construção, transformação ou mesmo a demolição de certos objetos, bem como a intervir na configuração determinada pela posição dos vários núcleos urbanos que o constituem, como as RAs no DF, a forma e o espaço ocupados, bem como pelo espaçamento entre eles.

Considera-se, portanto, que a produção do espaço se difere de modo singular da produção de um objeto industrial no interior do mesmo, por exemplo. A produção de um objeto se liga diretamente à matéria-prima, a força de trabalho e a ferramentas de trabalho de modo a transformar esse conjunto em objetos que tenham valor de uso e, essencialmente, um valor de mudança com um valor excedente gerado. A produção industrial, bem como um conjunto de outras produções, funciona, também, como parte do processo de produção do espaço que envolve produção de objetos e a produção da morfologia do espaço. Da mesma forma, pode-se supor que a própria morfologia, produto de uma sociedade e objetos urbanos, não são apenas reflexos da sociedade, mas um componente importante da vida social que, até certo ponto, determina as práticas sociais nesse espaço particular.

Isto posto, a produção do espaço implica uma transformação mais ampla, porque se refere não apenas à transformação da matéria-prima em objetos, mas age na distribuição espacial materializando-se numa trama espacial. Analisando-se a trama espacial, um objeto industrial bem como um núcleo urbano produzidos e organizados em um determinado lugar não adquire o mesmo valor isoladamente, adquire de acordo com sua posição na rede urbana e na sua relação com outros objetos e com os outros lugares. A produção de espaço, aplicada à produção da cidade, não se restringe tão somente à produção de objetos industriais e objetos urbanos, deve-se considerar a morfologia do espaço e este como resultado dos arranjos dos objetos no espaço e das relações possíveis entre si. Desta forma, a disposição dos núcleos urbanos e suas relações são fundamentais para entender a cidade como um produto. Por exemplo, a ausência de certos objetos/equipamentos urbanos em partes da cidade, como um hospital ou uma escola, contribui para uma diferenciação não tão somente dos lugares no espaço, mas entre os ocupantes também. Isto produz uma possível segregação socioespacial e, consequentemente, uma fragmentação social.

A fragmentação social é acentuada na medida em que o solo urbano é direcionado ao consumo. Assim, tê-lo passa a ser exclusividade de grupos sociais economicamente privilegiados. As novas territorialidades estão descompromissadas com o lugar e com as populações que historicamente ocuparam o Guará RA-X nos idos dos anos 1960 com o programa de mutirão. Ao considerar esse descompromisso, Brito faz a seguinte afirmação

a territorialidade humana aparece como o conjunto de relações mediadas pelo poder entre os distintos agentes sociais (Estado/Governo, empresas, instituições sociais, ..., cidadãos), que se interessam por algum objeto comum localizado numa dada porção do espaço geográfico. Aqui se entende que a territorialidade humana constitui tão somente

uma estratégia para o desenvolvimento e/ou defesa de algum tipo de interesse de agentes sociais específicos¹⁴.

Ao se tornar alvo das circunstâncias essencialmente consumistas, a refuncionalização cria novas territorialidades, descompromissada com a origem histórica do lugar e com as populações originárias locais. Ainda que as antigas casas do mutirão permanecessem, o conteúdo social submete-se às mudanças de significado social, impulsionados pela nova tendência do lugar. Que segundo Oliveira¹⁵ “o fascínio pela inovação, embelezamento e modernização faz parte, até hoje, da lógica de produção das cidades e de circulação de capital”. Brito colabora com Oliveira ao afirmar que,

as ações de liderança de um agente hegemônico num dado território resultam no conteúdo que atribui identidade aos territórios e reflete mais fortemente as materializações dos interesses dos agentes hegemônicos que coordenam legitimamente o consenso formado tacitamente ou não em torno de um cronograma de objetivos, mediado pelas perspectivas desses agentes¹⁶.

Todavia, essas intervenções não são sempre negativas. O problema está na demasiada importância que se dá ao valor econômico em detrimento do seu uso original, destituindo a historicidade do local, mudando, na maior parte das vezes, o sentimento de pertencimento das populações, que, nos anos 1960, deslocaram-se para, em regime de mutirão, construir o Guará RA-X.

O século XXI está sendo marcado pela lógica da globalização que denota uma nova racionalidade socioespacial. Os lugares estão sendo revestidos de novos conteúdos quanto à circulação, à comunicação e à informação e aos objetos naturais e técnicos presentes na paisagem, incluindo a própria história do lugar com suas materialidades geográficas.

Nesse sentido, faz-se necessário compreender e melhor elucidar o que se instala na Área de Tutela do Bem Tombado ou **Zona Tampão**. Em especial a refuncionalização que vem ocorrendo no Guará RA-X e como esta RA está conectada a um movimento maior, a um processo mundialmente abrangente de revalorização mercadológica. A mercantilização das coisas, que constituem os lugares instala o valor de troca, não preserva o tradicional e modifica a qualidade das coisas dando novos significados que geram contradições de uso em que estão envolvidos o Estado, os setores privados e a sociedade civil. Desse modo, conciliar os diferentes usos do espaço deve se constituir em uma preocupação dos planejadores do espaço, já que no Distrito Federal, o Plano Piloto de Lúcio Costa surge sob a égide do planejamento. Mesmo sob a perspectiva do planejamento, o Plano Piloto de Lúcio Costas surgiu ante a perspectiva da proteção.

¹⁴ Brito, 2008, p. 19.

¹⁵ Oliveira, 2015, p. 8.

¹⁶ Brito, 2008, p. 21.

Produção do espaço urbano e a segregação socioespacial

Buscou-se, até aqui, contribuir para que se compreenda as relações entre o Estado, a construção civil e o setor imobiliário. Para essa compreensão é importante denotar que “a ascensão do capitalismo foi acompanhada – em alguns aspectos, precedida – pela criação e transformação das instituições e funções estatais, satisfazendo as necessidades específicas do capitalismo”¹⁷.

De modo geral e efetivo, os investimentos públicos e privados concentrados territorial e socialmente geram má distribuição de recursos, mas que são apresentados mercadologicamente como bons para todos, especialmente nos lugares em que são investidos. Nesse sentido, “o papel da mídia é, usualmente, fortalecer o consenso acerca dos benefícios potenciais para a comunidade como um todo”¹⁸.

Assim, os lugares, aqui em análise o Guará RA-X, são vistos entre os cidadãos como uma marca (grife); o que os leva a aceitar com maior facilidade os transtornos segregacionistas socioespaciais. Isso acontece mesmo com a identificação significativa dos custos sociais derivados da refuncionalização urbanas, caracterizando a seletividade socioespacial. Num primeiro momento a construção do espaço apresenta-se com aceitação unânime dos benefícios da refuncionalização.

O Guará RA-X, tende a uma perspectiva de redução das desigualdades no seu interior. Os trabalhadores de baixa renda assentados nos anos 1960 pelos mutirões populares venderam seu lugar de morada aos novos consumidores com maior poder aquisitivo. Notadamente, a RA-X, desde sua fundação nos anos 1960 do século XX aos dias atuais, está se caracterizando cada vez mais como uma cidade mais rica. A construção de infraestrutura de acessibilidade para é a marca espacial mais visível da refuncionalização e da revalorização do lugar.

Ao considerar o processo de valorização da terra urbana, há os que se beneficiam dos efeitos do aperfeiçoamento e da renovação urbana, assim há um grupo que tem interesse em promover do lugar na revalorização do urbano. Por outro lado, há setores da população que não estão ligadas aos benefícios, mas assumem os seus custos. Para o primeiro grupo, os beneficiados, há o habito da classe média e, para o segundo grupo, o que assume os custos do bem-estar do outro, há a construção de espaço em que ele é o segregado socioespacial.

É importante observar que há uma consolidação de valores e de modos de vida em que é construída uma imagem de uma vida harmoniosa. Consolida-se, socialmente, a ideia do pleno usufruto das coisas nos novos espaços ou nos espaços revalorizados em que se sugere um padrão de existência de classe média como se fosse comum para todos.

De fato, o uso social do espaço mostra um forte uso do lugar pelas camadas da classe média e uma composição social bastante seletiva, especialmente nos novos condomínios verticais construídos nos primeiros anos deste século XXI. O uso desses espaços, os

¹⁷ Harvey, 2006, p. 91.

¹⁸ Oliveira, 2015, p. 9.

novos condomínios verticais, deve ser lido enquanto um novo padrão de vida – são os novos valores culturais ligados ao estilo de vida das camadas da classe media. Como afirma Oliveira¹⁹, “a cidade, portanto, deve ter as suas bases preparadas para se tornar um local favorável aos negócios”.

A inteligência do capital produz efeitos, isto é, são imagens, no lugar, em acordo com as ansiedades daqueles para o qual se dirigem. As camadas médias da sociedade se identificam com o *modus vivendi*, há um discurso que se projeta sobre o Guará RA-X que o transforma em um espelho em que se reflete uma vontade, isto é, a ansiedade de morar próximo ao patrimônio tombado, o Plano Piloto RA-I. Nesse sentido, a classe média identifica-se com projeto de cidade capturado pelo olhar, aqui há o espelhamento entre o projeto de cidade e a ansiedade do morador, no caso o Guará.

O que está posto é a confirmação dos valores estritos da classe média que procura o Guará. Desse modo, a RA-X atrai mais os iguais cheios de intencionalidades com o espaço em que os lugares ficam marcados pela ressignificação, o qual diferencia um espaço outrora construído por mutirão pelos próprios moradores e um outro construído pela vontade de um consumidor de um espaço que é produto de troca.

Na sociedade, a classe média procura os bons serviços e está sempre à procura de sua elevação do nível de vida. Assim, na ressignificação, o consumo do espaço citadino no Guará se associa ao consumo, em demasia, de bens e serviços. Os espaços privilegiados, muitas vezes contemplados pela intervenção pública, são os que possibilitam maior fluidez de elementos expressivos de dinamismo de modernidade. Assim, tais elementos permitem reerguer áreas objetos de intervenção, difundindo as vantagens em escala locais, nacionais e, por vezes, globais.

É um encontrar-se a si mesmo no usufruto do espaço ressignificado; morar na RA-X é como dizer algo a si mesmo de si mesmo. Desse modo, há a identificação do cidadão com seu local de morada, este é um dos objetivos dos agentes envolvidos no processo de elaboração do espaço em que os agentes econômicos envolvidos afastam o cidadão da elaboração do futuro coletivo.

De fato, no processo de ressignificação do espaço, há uma reprodução da ideologia do capital que tem num de seus objetivos a intenção de produzir na população a sensação de viver num lugar privilegiado. Essa habilidade de formar consenso está presente nos instrumentos que legitimam os planos de urbanização tal como o tombamento do Plano Piloto, a RA-I. Entre os fatores que explicam o sucesso de privilegiar os lugares está o acordo entre os agentes/atores – públicos e privados – e a própria vontade do cidadão para que a cidade salte para um *status* de cidade para a classe média; há, portanto, uma vontade conjunta, um consenso.

O consenso do cidadão dá sustentação social ao projeto urbano numa escala local e, não obstante, cimenta socialmente os vínculos do local com o global. Entender essa cimentação entre o local e o global para Harvey²⁰, “[...] pode propiciar interpretações valiosas sobre muitos dilemas práticos e pessoais resultantes do nexo entre

¹⁹ Oliveira, 2015, p. 9.

²⁰ Harvey, 2006, p. 219.

globalização capitalista, desenvolvimentos político-econômicos locais e evolução dos sentidos culturais e dos valores estéticos". Assim gera-se a confiança das elites locais que, com o Estado viabilizam os investimentos e criam elementos de atratividade local para investimentos futuros. "Nesse caso, o que está em jogo, [...], é um relacionamento mais complicado através das escadas, em que as iniciativas locais podem alcançar uma escala global, vice-versa, [...]"²¹.

Essa atmosfera de transmitir a ideia de um lugar propício para negócios fica bem clara no Guará RA-X, em Águas Claras RA-XX, em Taguatinga RA-III e no Gama RA-II, onde as administrações dessas RAs, o GDF e o capital privado geram fatos econômicos positivos como infraestrutura, melhoria na logística do transporte público e, de modo geral, estrutura urbanística propícia aos investimentos. "Portanto, não se deve ver a globalização como uma unidade indiferenciada, mas sim como uma padronização geograficamente articulada das atividades e das relações capitalistas globais"²². A figura 3, a seguir, ilustra bem o caráter propagandístico dos lugares propícios para negócios das RAs: RA-XX, RA-X, RA-III e RA-II.

Figura 3. Os equipamentos urbanos



Fontes: Disponíveis em:

- 1- <<https://catracalivre.com.br/wp-content/uploads/2013/09/park-shopping-brasilia.jpeg>>[12 de março de 2018].
- 2- <<http://www.correiopopulardebrasilia.com.br/wp-content/uploads/2015/05/agus-claras.png>>[12 de março de 2018].
- 3- <<http://www.taguatingashopping.com.br/wp-content/uploads/2015/06/fachada.png>>[12 de março de 2018].
- 4- <<http://thecityfixbrasil.com/files/2014/04/201404-04-E-7-Esta%C3%A7%C3%A3o-e-passarela-Granja-Ip%C3%AA-10.jpg>>[12 de março de 2018].

Elaboração própria.

²¹ Harvey, 2006, p. 228.

²² Harvey, 2006, p. 228-229.

As imagens denotam a atuação das RAs na instrumentalização urbana de aperfeiçoamento dos projetos e a implementação destes. A competência e a eficiência do GDF servem para eliminar qualquer manifestação social que deslegitime a ressignificação e a revalorização dos lugares nas RAs. Tanto no Distrito Federal como na RA-X opera um caminho ideológico comum que é o uso do lugar como instrumento político com a estratégia de criar uma identidade com o local; os administradores das RAs, bem como o governador do DF, parecem ser o centro que explicar o êxito e o sucesso dos projetos urbanísticos. O cidadão convive na RA, contudo isolado em seu domicílio, uma vez que apropriação do bem traz a ideia de sucesso individual e demonstra o caráter de independência; resulta-lhe apenas a condição de espectador e consumidor. A mercantilização promocional do lugar consegue as intervenções sociais nos espaços urbanos.

A política urbana, além de instrumento para a renovação urbana, visa a uma ordem urbana sob a qual as formas de viver a cidade e na cidade reforçam o elo afetivo com o projeto de cidade. Implícito e latente a essa representação de afeto está a ideia de que a ameaça ao consenso pode ser interpretada como desamor à cidade, isto é, um desacordo com o projeto. O alcance do instrumento político dos administradores das RAs, do GDF e do capital parecem crescentes, é como se fossem um dispositivo central da subjetividade coletiva.

Considerações finais

Nos processos de organização urbana destaca-se a reabilitação e a renovação de áreas antigas e que fomentam a mistura de usos, como os empreendimentos mistos com habitação, comércio, lazer e escritórios espacialmente juntos. Esse processo, muitas vezes, contraria o zoneamento e as funcionalidades previstas inicialmente. Surgem no DF novas centralidades contribuindo para uma estrutura territorial em que os vários aglomerados urbanos, no caso do DF ao longo da EPTG – DF-085, ligados por redes viárias à custa da qualidade de vida que é prejudicada pelos adensamentos populacionais.

Os rearranjos espaciais favorecem a implantação de centros comerciais, condomínios fechados de luxo e alteração de gabinetes para a construção de grandes edifícios residenciais. Surge um conjunto urbanístico no território com outro tipo de uso e que se opõe à ocupação tradicional. Esse conjunto representa a reapropriação por grupos de maior poder econômico que se justapõe ao tecido urbano preexistente. Introduzem-se rupturas entre os territórios outrora ocupados pelos grupos sociais que não são representantes dos antigos habitantes do lugar.

O desenho urbano é, também, determinado por combinações de interesses do governo e do setor privado, especialmente os que estão ligados à construção civil e ao setor imobiliário. Instala-se uma dinâmica de especulação e valorização imobiliária. À medida que a mancha urbana cresce (vertical e horizontalmente) criam-se novos focos de valorização. As práticas levadas a cabo no DF denotaram formas de apropriação e de produção de partes do quadrilátero constituem expressão de um padrão de caráter

seletivo próprio dos modelos de acumulação implementados que fragmentam o espaço e os lugares.

Assim, ao investigar os espaços urbanos apresentam-se inúmeras questões que advêm do capital imobiliário, favorecendo a exclusão social de grupos menos favorecidos, o espaço urbano que aproxima também segregado. Ao se avaliar os resultados dos interesses dos agentes sobre a segregação socioespacial, encontram-se importantes indicadores que se constituem como instrumentos essenciais para se analisar o processo de planejamento e de gerenciamento urbano.

No Mundo, no Brasil e no Distrito Federal os conteúdos de acumulação apontam para uma conformação que envolve dimensões da tecnologia, política, comercial e financeira. Estas se relacionam com a maneira dinâmica e reorganização e rearranjos da atividade econômica, das hierarquias espaciais, em especial dos centros decisórios. Ao se utilizar os argumentos até aqui, verifica-se que há transformações espaciais que refletem nas fronteiras socioespaciais.

Nota-se que, no Distrito Federal, as fronteiras sociais internas são denominadas com base em, de um lado, a lógica que move a expansão do capitalismo e, de outro, as estratégias de reprodução do capital. Ambas se fazem pesar numa configuração capitalista e avançam sobre os segmentos sociais de menor poder aquisitivo. Importante notar: o espaço que é o lugar das operações capitalistas é palco de conflito entre lógicas sociais distintas, contudo se configuram no interior de uma organização de mesma classe capitalista.

Desse modo, o mercado, que constrói e consome a cidade é um dos promotores desse processo. Mercado e processo são formados por construtoras, imobiliárias, investidores e, também, a própria população. Aquele que não podendo pagar por áreas mais centrais cria uma demanda por áreas na periferia.

Há uma lógica embutida na lógica do mercado que, em princípio, parece paradoxal, mas não é. No que tange à valorização da terra, quanto mais intensa for a periferização, as áreas centrais sofrem maior valorização. Mantém-se a tendência de áreas periféricas menos valorizadas e, ao mesmo tempo, a valorização das áreas mais centrais sofrem valorização proporcionalmente aos investimentos no equipamento urbano. Desse modo, a terra como renda está intimamente ligada ao modo como o mercado está organizado.

Os agentes envolvidos intervêm no processo de urbanização, o qual está ligado ao mercado de terra urbana. A retenção especulativa da terra urbana obriga os usuários do espaço urbano, especialmente os de baixa renda, a se instalarem na periferia, já que a regulação pelo monopólio dos espaços urbanos gera lugares distintos em valorização.

O modo como as alterações do espaço urbano acontece e a distinção de valores da terra são um produto da produção e da apropriação do espaço. A relação de causalidades que se estabelece é exatamente porque essas alterações que fazem a articulação do território com a organização social e econômica.

Assim, diz-se que há uma apropriação intensa da terra urbana, não extensa. De modo generalista assistiu-se a uma mudança de produção e apropriação do território. A apropriação não se faz tão somente por classes sociais, mas também grupos e, às vezes, pequenos.

Há uma naturalização da importância que o mercado imobiliário assumiu, investimentos alternativos à produção para acumular. Assiste-se, desde a virada do século XX para o século XXI, a uma dita globalização que tem como uma de suas características a internacionalização dos mercados, principalmente no chamado domínio imobiliário. Há, portanto, um contexto de menor regulação sobre o uso da terra urbana e maior mobilidade do capital numa escala internacional. Esse fenômeno, simultaneamente, valoriza e desvaloriza segundo um jogo de oportunidades imobiliárias.

O Estado não só acompanhou as mudanças, como também contribuiu para que fossem viáveis. Neste século XXI verifica-se a redução da participação do Estado no planejamento do território, contudo há, por parte dele, investimentos em infraestrutura de equipamentos urbanos que reflete na valorização do espaço urbano e no aumento dos investimentos privados. Assim, se no início do processo de urbanização no Distrito Federal ocorreu o planejamento, com o acompanhamento estatal na ocupação do território das Regiões Administrativas, uma nova fase da estruturação urbana iniciou-se com o domínio do capital imobiliário.

O Estado não só contribui como também facilita a dinâmica de expansão territorial do capitalismo e é um agente que supre a acumulação. Este não dá resistência às configurações territoriais pretendidas pelas empresas que seja capaz de inibir a lógica de valorização das terras urbanas.

No Brasil, o Centro-Oeste apresenta-se receptivo ao fenômeno da urbanização. Não havia, no passado, uma infraestrutura de monta que pudesse absorver os investimentos privados. Com a transferência da capital para o interior, a região pôde receber uma nova infraestrutura totalmente a serviço de uma modernização urbana. Assim, o processo de urbanização dos anos 60 do século XX aos atuais dias vai de encontro ao interesse do capital de rentabilizar-se, por isso, a região e o próprio DF passam por taxa elevada de urbanização.

Com a urbanização do território, este ganha conteúdos de teor desenvolvimentista, baseados na ação do Estado em financiar o desbravamento do interior do país, ampliando, com isso, horizontes para a circulação do capital. Um território que foi aprontado para receber novos investidores que não o Estado, o avanço da fronteira urbana coincide com a intenção expansionista do capital.

O Estado se empenhou em disponibilizar as condições territoriais para o sucesso das empresas no interior do Brasil. Sob a égide do capital, o Estado agia para a ver o processo de modernização somado aos interesses das empresas para investir o capital que não encontravam um destino lucrativo. Assim, a ampliação dos limites internos do processo de urbanização é acompanhada por uma ordenação capitalista madura em suas intenções. Os espaços urbanos são produzidos segundo padrões de acumulação da

própria economia capitalista, e é nesse sentido que a noção de fronteira interna da urbanização é resgatada.

Dessa forma, no Brasil, a reprodução capitalista altera as dinâmicas de composição dos lugares com a construção de novos edifícios, novos pontos de comércio e, necessariamente, a melhoria do equipamento urbano, o que afeta a população de baixa renda. Na prática e de modo discriminatório, a valorização imobiliária de um determinado lugar sempre é acompanhada do deslocamento de população de baixa renda e, em contrapartida, a entrada de pessoas com maior poder econômico.

Da segunda metade do século XX ao início do século XXI, a urbanização brasileira, notadamente marcada por uma, de fato, economia urbana indica um novo momento brasileiro. A urbanização no Brasil induz a uma lógica em que esse processo cresce a partir dos mecanismos de acumulação, a reprodução do espaço urbano evidencia passagem para uma nova economia nacional que está pautada na economia urbano-industrial.

Nesse momento, a inteligência do capital apropria-se e passa a explorar as fronteiras internas, surge uma ordenação do território pautada nas escalas de expansão do processo de acumulação do próprio capital. A naturalização dessa lógica é a mimetização dos espaços urbanos no interior, isso marca a passagem da produção para a reprodução do espaço urbano no território de interior no Brasil.

A lógica que produz a segregação socioespacial, prosseguida com vista a modernizar o espaço urbano, não deixa, também, de funcionar como mecanismo que legitima o poder instituído e requere, invariavelmente, grande investimento público. Em última instância, desvia-se o auxílio aos mais carentes e subsidiam-se os mais abastados. Diz-se que as novas formas de apropriação, produção e reprodução do espaço levam à formação de espaços de segregação da cidade.

A produção do espaço, portanto, demonstra que há participação dos processos sociais e dos mesmos indivíduos no processo de transformação do espaço em geral. Posto assim, há necessidade de uma análise das dimensões da produção espacial que se baseia no reconhecimento de que qualquer processo de produção espacial individualmente e coletivamente que dá ordenamento ao espaço onde tudo está mutuamente interrelacionado.

Neste contexto, a produção do espaço não é um processo fixo e firmemente instituído. Pelo contrário, é um processo marcado pelas formas de subjetividade, das afeições, do imaginário e simbólicas, entre outras. Além disso, e não menos importante, deve-se considerar a apropriação do espaço como um momento de produção ou mais diretamente, como uma forma de produção espacial propriamente dita.

Em conclusão, qualquer assunto adquire relevância porque suas práticas socioespaciais são consideradas como um processo de produção; o homem não é um simples ocupante, um usuário é, também, um ser dotado de poder para participar da produção do espaço. Assim, essa produção de espaço pode adquirir um caráter revolucionário quando se observa o trabalho de certos movimentos sociais atuais, neste início de século XXI. Mas

esta é uma outra questão que vai além do horizonte que para este trabalho, embora, não obstante, mereça nossa atenção.

Bibliografia

- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ. *Conheça a RA* Disponível em: <<http://www.guarda.df.gov.br/category/sobre-a-ra/conheca-a-ra/>>. [12 de março de 2018].
- BRITO, C. T. *A PETROBRAS e a gestão do território no Recôncavo Baiano*. Salvador: EDUFBA, 2008. 236 p.
- CAPEL, H. *La morfología de las ciudades*. 1. ed. Espanha: Ediciones del Serbal, 2013. 461 p.
- CARLOS, A. F. A. *O espaço urbano*. Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004. 154 p.
- CARLOS, A. F. A. *A Cidade*. São Paulo: Contexto, 2005. 98 p.
- CARLOS, A. F. A. *O Espaço Urbano*: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007, 123 p.
- CARLOS, A. F. A. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 2008, 270 p.
- CARLOS, A. F. A. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011. 157 p.
- CARLOS, A. F. A; SOUZA, M.L; de. SPOSITO, M.B. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. 1ª.ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012, 234 p.
- CIDADE, L. C. F. (1996). *Brasília, crescimento e metropolização: a crise do urbanismo ou crise da modernidade?* IN: MACHADO, D. B. P. (ORG). IN: Anais do IV seminário de história da cidade e do urbanismo. Rio de Janeiro; UFRJ/PROURB, V.2, p.1133-1141.
- COSTA, E. B. *Totalidade Urbana e Totalidade-Mundo: As Cidades Coloniais Barrocas face à Patrimonialização Global*. Tese de Doutorado orientada por Francisco Capuano Scarlato. São Paulo, 2011, 427 p.
- COSTA, E. B. *Cidades da Patrimonialização Global: simultaneidade, totalidade urbana – totalidade-mundo*. São Paulo: Humanitas, FABESP, 2015, 480 p.
- COSTA, G. G. *As Regiões Administrativas do Distrito Federal de 1960 a 2011*. Tese de Doutorado orientada por Andrey Rosenthal Schlee. Brasília: Universidade de Brasília, 2011, 536 p.
- GANEM, R.S; LEAL, Z.M. *Parques do Distrito Federal*. Brasília: CLDF 2000. 127 p. Disponível em: <<http://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/bitstream/123456789/1769/1/Parques%20do%20Distrito%20Federal.pdf>>. [12 de março de 2018].

XV Coloquio Internacional de Geocrítica
Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista

HARVEY, D. *A produção capitalista de espaço*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006. 252 p.

HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HINO POPULAR – Brasília, *Capital da Esperança*. Letra: Capitão Furtado. Música: Simão Neto. Disponível em: <<http://www.militar.com.br/modules.php?name=Letras&file=display&jid=5>>. [12 março de 2018].

MORI, K. K. A ideologia na constituição do espaço brasileiro. In: DEÁK, C; SCHIFFER, S.R. (Org.). *O Processo de Urbanização no Brasil*. 2. ed., 1. Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015, p. 49-72.

OLIVEIRA, C. M. *ENTREPRENEURALISM*: empresariamento ou empreendedorismo urbano – duas traduções, dois significados. Anais ENANPUR, Belo Horizonte, XVI, maio, 2015. Disponível em: <http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb_dl=238>. [31 de maio de 2017].

OLIVEIRA, W. C. *A Contribuição da Geografia para a Educação Ambiental: As relações entre a sociedade e a natureza no Distrito Federal*. Dissertação de Mestrado orientada por Marília Luíza Peluso. Brasília: Universidade de Brasília. 2007. 120 p.

OLIVEIRA, W. C. *Novas espacialidades e a densificação populacional na Área de Tutela do Bem Tombado do Plano Piloto de Brasília – RA-I*. Tese de doutorado orientada por Marília Luiza Peluso. Brasília: Universidade de Brasília. 2017. 280 p.

CODEPLAN, *Pesquisa distrital por amostra de domicílios – Guará – PDAD 2015*, p.14.

Disponível em:
<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2015/PDAD_Guara_2015.pdf>. [12 de março de 2018].

SANTOS, M. *A natureza do espaço*: Técnica e tempo, Razão e Emoção, 4. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, 259 p.